

# **RELATÓRIO DE GESTÃO**

**ANO BASE:2018**

**Laranja da Terra, Março/2019.**

**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA**

Estado do Espírito Santo

**Gilson Gomes Junior**

Ordenador de Despesas - Biênio 2017/2018

**JovercinoKlemes**

Vice-Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Laranja da Terra - Biênio  
2017/2018

**Bráulio Jarske**

Secretário da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Laranja da Terra - Biênio 2017/2018

## **RELATÓRIO DE GESTÃO**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA/ES**

Relatório de Gestão referente ao exercício de 2018, apresentado aos órgãos de Controle Externo como parte integrante da Prestação de Contas Anual a que esta Unidade está obrigada, de acordo com as disposições da Instrução Normativa n.º 43/2017, de 05 de dezembro de 2017 e alterações, em observância às orientações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo/TCEES.

**Laranja da Terra/ES, Março de 2019.**

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2</b>	<b>GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</b>	<b>5</b>
2.1	ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA.....	5
2.2	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	6
2.3	EXECUÇÃO FINANCEIRA.....	7
<b>3</b>	<b>PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL.....</b>	<b>9</b>
<b>4</b>	<b>RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL.....</b>	<b>11</b>
<b>5</b>	<b>GESTÃO DE PESSOAS.....</b>	<b>13</b>
5.1	CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO RGPS.....	18
<b>6</b>	<b>SUPORTE ADMINISTRATIVO – SECRETARIA GERAL DA CÂMARA.....</b>	<b>19</b>
6.1	RELAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS ADQUIRIDOS EM 2018.....	20
6.2	RELAÇÃO DOS MATERIAIS DE CONSUMO ADQUIRIDOS EM 2018.....	21
6.3	MATERIAIS DE CONSUMO ADQUIRIDOS EM 2018.....	23
<b>7</b>	<b>PORTAL DA TRANSPARÊNCIA.....</b>	<b>24</b>
<b>8</b>	<b>GESTÃO DE CONTRATAÇÕES.....</b>	<b>24</b>
8.1	PROCESSOS LICITATÓRIOS 2018.....	25
8.2	CONTRATOS CELEBRADOS EM 2018.....	26
<b>9</b>	<b>MANUTENÇÃO DE VEÍCULO.....</b>	<b>28</b>
9.1	CONTROLE DE DESPESAS COM O VEÍCULO.....	28
9.2	PEÇAS E ACESSÓRIOS/SERVIÇOS.....	28
9.3	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO.....	29
9.4	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.....	29
9.5	DESPESAS COM COMBUSTÍVEL - EXERCÍCIO DE 2018.....	29
<b>10</b>	<b>PUBLICAÇÃO LEGAL DOS RELATÓRIOS/ATIVIDADES DA CMLT.....</b>	<b>29</b>
10.1	PUBLICAÇÕES NO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL - EXERCÍCIO DE 2018.....	30
10.2	PUBLICAÇÕES JORNAL AGAZETA - EXERCÍCIO DE 2018.....	30
<b>11</b>	<b>OBRAS E MANUTENÇÕES.....</b>	<b>31</b>
<b>12</b>	<b>TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....</b>	<b>31</b>
<b>13</b>	<b>CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>33</b>
<b>14</b>	<b>ATIVIDADES LEGISLATIVAS.....</b>	<b>34</b>
<b>15</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>35</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Administração Pública é regida por princípios que se encontram discriminados na Constituição Federal (art. 37). Estes princípios são a base de toda a atividade administrativa e regulam as ações dos órgãos públicos e de seus administradores e servidores. Os princípios insculpidos originalmente no texto constitucional foram: legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. O princípio da eficiência teve sua inserção através da Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98, garantindo que a gestão da coisa pública seja cada vez menos burocrática e atinja seus objetivos de forma mais rápida e eficaz, respondendo aos anseios da sociedade, às pressões externas e alcançando o fim ao qual se propõe.

Nesse sentido, o Relatório de Gestão que integra a Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2018, de responsabilidade do Senhor **GILSON GOMES JUNIOR**, consiste na avaliação da execução orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e fiscal das despesas do Poder Legislativo Municipal, analisando diversos quesitos, entre eles, as despesas e repasses, gastos com pessoal, com bens patrimoniais, com licitações e contratos, com publicações, entre outros.

O conteúdo constante do presente relatório consiste no atendimento a legislação vigente resultando em ações demonstradas de forma geral, sintética e concisa, objetivando:

- Garantir a veracidade das informações e dos relatórios contábeis, financeiros e operacionais;
- Prevenir erros e irregularidades e, em caso de ocorrência destes, possibilitar corrigi-los;
- Localizar erros e desperdícios promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção ao registrarem-se as operações;
- Estimular a eficiência do pessoal mediante a discussão e acompanhamento através de informações do controle interno;
- Salvaguardar os ativos e, de modo geral, obter-se um controle eficiente sobre todos os aspectos operacionais da entidade.

Portanto, o presente documento traz uma descrição das principais ações realizadas durante o exercício de 2018 e uma reflexão sobre o cenário futuro, com sugestões de ações que merecem atenção nos próximos exercícios, organizado de forma que permita uma visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão do Poder Legislativo durante o

exercício financeiro a que se refere a Prestação de Contas, em relação às diretrizes orçamentárias estabelecidas e à legislação em vigor.

## **2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

Eliminar falhas nas organizações sempre foi grande motivação para avanços e melhorias nos mecanismos de gestão. São através de falhas identificadas que se encontram oportunidades para melhorar a gestão e a execução das atividades.

Uma boa gestão é aquela que alcança resultados, independentemente de meritórios esforços e intenções. E, alcançar resultados, no setor público, é atender às demandas, aos interesses e às expectativas dos beneficiários, sejam cidadãos ou organizações, criando valor público.

Na gestão pública, os mecanismos de controle existentes devem prevenir o erro, a fraude e o desperdício, trazendo benefícios à população. Fazer uma avaliação da gestão da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, no exercício de 2018, sob o enfoque da execução das despesas, assim como a gestão orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, passa aqui a ser nosso objetivo.

### **2.1 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA**

A elaboração da Proposta Orçamentária Anual do Poder Legislativo é encaminhada para o Poder Executivo até 31 de agosto de cada ano pelo Presidente da Câmara, sendo este apoiado pelos departamentos Jurídico, Contábil e pelo de Controladoria.

A proposta é elaborada a partir dos dados do orçamento vigente e de estimativas para o ano seguinte, sendo enviada posteriormente ao Poder Executivo para análise.

Após análise do Poder Executivo, a proposta é adequada à realidade, observando-se principalmente, o valor do indicativo de teto orçamentário possível relativo ao período de referência.

A proposta orçamentária elaborada para o exercício de 2018 foi aprovada em Plenário, pela Lei nº 852, de 28 de dezembro de 2017 e *“Estima a receita e fixa a despesa do município de Laranja da Terra para o exercício financeiro de 2018”*, sendo que o valor da Câmara ficou fixado em R\$ 1.454.669,28 (Um milhão quatrocentos cinquenta e quatro mil e seiscentos sessenta e nove reais e vinte e oito centavos).

## 2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Câmara Municipal de Laranja da Terra atendeu os limites previstos na Constituição Federal, quanto às necessidades administrativas do Poder e aos preceitos da responsabilidade fiscal.

A Constituição Federal, em seu art. 29-A, estabelece:

*“Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:*

...

*I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;”* (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009).

No que tange à execução orçamentária relativa ao exercício de 2018, destacamos que o valor aprovado para a Câmara Municipal por meio da Lei nº 852, de 28 de dezembro de 2017 que *“Estima a receita e fixa a despesa do município de Laranja da Terra para o exercício financeiro de 2018”* foi no valor de R\$ 1.454.669,28 (Um milhão quatrocentos cinquenta e quatro mil e seiscentos sessenta e nove reais e vinte e oito centavos).

Porém, é interessante informar que, logo no início do exercício financeiro de 2018 fomos informados pelo Poder Executivo que a Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES teria direito no exercício a R\$ 1.462.462,44 (Um milhão quatrocentose sessenta e doismilequatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos).

As despesas realizadas de 01/01/18 a 31/12/2018 totalizaram R\$ 1.283.994,14 (Um milhão, duzentos e oitenta e três mil novecentos noventa e quatro reais e quatorze centavos) obtendo-se uma economia orçamentária no valor de R\$ 178.468,30 (Cento setenta e oito mil quatrocentos sessenta e oito reais e trinta centavos), o que representa 12,20% do que fora repassado ao longo do ano.

Foi feita uma devolução financeira no valor de R\$ 141.369,63 (Cento e quarenta e um mil e trezentos sessenta e nove reais e sessenta e três centavos) pela Câmara em 28/12/2018, atendendo assim o disposto na Lei Orgânica do Município, Artigo 43, Inciso XIII, que diz: *“- Devolver aos cofres municipais o saldo de suas contas no final do exercício”*. Restou ainda um saldo de valor financeiro de R\$ 37.098,67 (Trinta e sete mil e noventa e oito reais e sessenta

e sete centavos), que ficou como Disponibilidade de Caixa Bruta, conforme se pode verificar nos Relatórios de Gestão Fiscal do Segundo Semestre de 2018, sendo referente a Férias e Obrigações Patronais relativas ao Registro por Competência do exercício.

Não tivemos inscrições em Restos a Pagar, pois a Câmara tenta sempre zelar pelo cumprimento de suas obrigações financeiras dentro do exercício correspondente.

Do total das despesas empenhadas de 01/01/2018 até 31/12/2018, foram liquidados e pagos R\$ 1.283.994,14 (Um milhão, duzentos e oitenta e três mil novecentos noventa e quatro reais e quatorze centavos).

Com a aplicação dos valores recebidos a título de Duodécimos no Banco do Estado do Espírito Santo S/A, arrecadamos de Juros sobre Aplicações Financeiras no exercício um total de R\$ 3.666,50 (Três mil, seiscentos sessenta e seis reais e cinquenta centavos), devolvidos à PMLT em 28/12/2018.

Como informado no início, a execução orçamentária da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES no exercício 2018 respeitou o valor do indicativo de teto orçamentário estipulado pelo Poder Executivo. A Câmara manteve em equilíbrio o gasto público, considerando o cenário de rigidez orçamentária, avaliando constantemente as despesas com Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.

### 2.3 EXECUÇÃO FINANCEIRA

<b>TÍTULOS</b>	<b>R\$</b>
Receita estimada para o período conforme orçamento	R\$ 1.454.669,28
Valor transferido pela prefeitura conforme Art. 29/A da CF	R\$ 1.462.462,44
Receita extra orçamentária no período	R\$ 280.180,38
Despesa Autorizada para o período	R\$ 1.454.669,28
Despesa Orçamentária Realizada no período	R\$ 1.283.994,14
Diferença entre Receita e Despesa orçamentária	R\$ 170.675,14
Despesa extra orçamentária paga no período	R\$ 280.180,38
Resto a pagar de exercícios anteriores	R\$ 0,00

**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA**  
**ESPIRITO SANTO**  
**01.772.670/0001-99**  
**BALANCETE ANALÍTICO DA RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA**  
**EXERCÍCIO DE 2018**

Emissão: 14/01/2019 13:34:20

Código	Descrição	No Período	Anulado no Período	Até o Período
<b>RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS</b>				
113519900000	OUTROS DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	1.817,76		1.817,76
113810600000	VALORES EM TRÂNSITO REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	1.435,46		1.435,46
218810102002	INSS - SERVIDORES	89.973,74		89.973,74
218810104000	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	62.205,57		62.205,57
218810108000	ISS	159,51		159,51
218810110000	PENSAO ALIMENTICIA	12.000,00		12.000,00
218810115001	CONSIGNAÇÃO BANESTES	12.846,17		12.846,17
218810115002	CONSIGNAÇÃO SICOOB	96.075,67		96.075,67
218810199999	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	359,15	359,15	
218819900001	RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	3.666,50		3.666,50
<b>Total</b>		<b>280.539,53</b>	<b>359,15</b>	<b>280.180,38</b>

**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA**  
**ESPIRITO SANTO**  
**01.772.670/0001-99**  
**BALANCETE ANALÍTICO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**  
**EXERCÍCIO DE 2018**

Descrição	Ficha	Autorização		Empenhado		Saldo da Dotação	Liquidação		Pago		Liquidação a Pagar	Empenhado a Pagar
		Orçado	Atualizado	No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	No Período	Até o Período		
<b>001 - CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA</b>												
<b>010 - CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA</b>												
<b>001010.0103100011.001 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL E CONSTRUÇÃO DE SEDE</b>												
44905100000 - OBRAS E INSTALAÇÕES	0000001	1.000,00	1.000,00			1.000,00						
44906100000 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0000002	500,00	500,00			500,00						
<b>TOTAL PROJETO/ATIVIDADE:</b>		<b>1.500,00</b>	<b>1.500,00</b>			<b>1.500,00</b>						
<b>001010.0103100011.002 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES</b>												
44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	0000003	21.000,00	50.616,40	28.638,86	28.638,86	21.977,54	28.638,86	28.638,86		28.638,86	28.638,86	
<b>TOTAL PROJETO/ATIVIDADE:</b>		<b>21.000,00</b>	<b>50.616,40</b>	<b>28.638,86</b>	<b>28.638,86</b>	<b>21.977,54</b>	<b>28.638,86</b>	<b>28.638,86</b>		<b>28.638,86</b>	<b>28.638,86</b>	
<b>001010.0103100012.001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS</b>												
31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	0000004	250,00	250,00			250,00						
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSO	0000005	995.208,05	971.591,65	908.496,80	908.496,80	63.094,85	908.496,80	908.496,80		908.496,80	908.496,80	
31901300000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	0000006	208.552,69	204.024,25	186.114,86	186.114,86	17.919,39	186.114,86	186.114,86		186.114,86	186.114,86	
31901600000 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CI	0000007	500,00	500,00			500,00						
31906700000 - DEPOSITOS COMPULSÓRIOS	0000008	250,00	250,00			250,00						
31909100000 - SENTENÇAS JUDICIAIS	0000009	500,00	500,00			500,00						
31909200000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0000010	500,00	500,00			500,00						
31909400000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHIS	0000011	500,00	500,00			500,00						
31909600000 - RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQ	0000012	18.160,18	6.018,87			6.018,87						
33901400000 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	0000013	2.000,00	2.000,00			2.000,00						
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	0000014	23.500,00	28.018,44	25.579,45	25.579,45	2.438,99	25.579,45	25.579,45		25.579,45	25.579,45	
33903200000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DI	0000015	3.000,00	3.000,00	2.525,00	2.525,00	475,00	2.525,00	2.525,00		2.525,00	2.525,00	
33903300000 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0000016	3.000,00	3.000,00	1.488,28	1.488,28	1.511,72	1.488,28	1.488,28		1.488,28	1.488,28	
33903500000 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0000017	500,00	500,00			500,00						
33903600000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	0000018	45.048,36	45.048,36	23.222,58	23.222,58	21.825,78	23.222,58	23.222,58		23.222,58	23.222,58	
33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA J	0000019	75.611,20	81.752,51	70.285,65	70.285,65	11.466,86	70.285,65	70.285,65		70.285,65	70.285,65	
33904000000 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	0000020	32.788,80	34.788,80	32.914,44	32.914,44	1.874,36	32.914,44	32.914,44		32.914,44	32.914,44	
33904700000 - OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIV	0000021	1.000,00	1.000,00			1.000,00						
33904900000 - AUXÍLIO-TRANSPORTE	0000022	1.800,00	1.800,00			1.800,00						
33909200000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0000023	500,00	500,00			500,00						
<b>TOTAL PROJETO/ATIVIDADE:</b>		<b>1.413.169,28</b>	<b>1.385.593,88</b>	<b>1.250.627,06</b>	<b>1.250.627,06</b>	<b>134.925,82</b>	<b>1.250.627,06</b>	<b>1.250.627,06</b>		<b>1.250.627,06</b>	<b>1.250.627,06</b>	
<b>001010.0103100012.002 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE VEREADORES E SERVIDORES DO LEGISLATIVO</b>												
33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA J	0000024	6.000,00	10.000,00	4.728,22	4.728,22	5.271,78	4.728,22	4.728,22		4.728,22	4.728,22	
<b>TOTAL PROJETO/ATIVIDADE:</b>		<b>6.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>4.728,22</b>	<b>4.728,22</b>	<b>5.271,78</b>	<b>4.728,22</b>	<b>4.728,22</b>		<b>4.728,22</b>	<b>4.728,22</b>	
<b>001010.0103100012.003 - CONTRIBUIÇÃO PARA ASSOCIAÇÃO DE CÂMARAS MUNICIPAIS DO ES - ASCAMES</b>												
33904100000 - CONTRIBUIÇÕES	0000025	13.000,00	7.000,00			7.000,00						
<b>TOTAL PROJETO/ATIVIDADE:</b>		<b>13.000,00</b>	<b>7.000,00</b>			<b>7.000,00</b>						
<b>TOTAL UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:</b>		<b>1.454.669,28</b>	<b>1.454.669,28</b>	<b>1.283.994,14</b>	<b>1.283.994,14</b>	<b>170.675,14</b>	<b>1.283.994,14</b>	<b>1.283.994,14</b>		<b>1.283.994,14</b>	<b>1.283.994,14</b>	
<b>TOTAL ÓRGÃO:</b>		<b>1.454.669,28</b>	<b>1.454.669,28</b>	<b>1.283.994,14</b>	<b>1.283.994,14</b>	<b>170.675,14</b>	<b>1.283.994,14</b>	<b>1.283.994,14</b>		<b>1.283.994,14</b>	<b>1.283.994,14</b>	

IMPRESSÃO: Gimar Vieira da Silva

CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA ESPIRITO SANTO 01.772.670/0001-99 BALANÇETE DA DESPESA EXTRA ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2018				
Código	Descrição	No Período	Anulado No Período	Até o Período
<b>PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS</b>				
113519900000	OUTROS DEPOSITOS RESSTITUTIVEIS E VALORES VINCULADOS	1.817,76		1.817,76
113810600000	VALORES EM TRÁNSITO REALIZAVEIS A CURTO PRAZO	1.435,46		1.435,46
218810102002	INSS - SERVIDORES	91.116,14	1.142,40	89.973,74
218810104000	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	62.205,57		62.205,57
218810108000	ISS	159,51		159,51
218810110000	PENSAO ALIMENTICIA	12.000,00		12.000,00
218810115001	CONSIGNAÇÃO BANESTES	12.846,17		12.846,17
218810115002	CONSIGNAÇÃO SICOOB	96.075,67		96.075,67
218810199999	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	789,28	789,28	
218819900001	RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	3.666,50		3.666,50
<b>Total Geral</b>		<b>282.112,06</b>	<b>1.931,68</b>	<b>280.180,38</b>

### 3 PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

A prestação de contas é uma obrigação constitucional de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumas obrigações de natureza pecuniária, conforme parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. O dever de prestar contas é da pessoa física responsável por bens e valores públicos, não da entidade, e a comprovação deve ser feita de acordo com as normas da Administração.

A Prestação de Contas Anual é elaborada a partir dos registros orçamentários, financeiros e contábeis do órgão, utilizando ainda informações dos controles físicos patrimoniais de almoxarifado e bens móveis, do sistema de Recursos Humanos e Folha de Pagamento, e demais sistemas contratados para a efetivação dos registros necessários e submetidos à análise e parecer conclusivo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES.

Nos termos do art. 105, do Regimento Interno do TCEES, as prestações de contas anuais dos jurisdicionados do Tribunal deverão ser encaminhadas, anualmente, até a 31 de março do exercício seguinte.

Ao longo do ano de 2018, o presidente foi alertado pelos funcionários, em especial pela Controladora Geral Interna, pelo Contador e pelo Procurador e Assessor Jurídico sobre algumas das diversas situações às quais deveríamos observar e que, neste momento, contribuem para elaboração deste Relatório de Gestão, peça componente da Prestação de Contas Anual. Estão entre elas:

- Acompanhamento constante da execução orçamentária/financeira do Poder Legislativo.
- Verificação das etapas de conformidade e arquivamento de processos, visando garantir a eficiência quanto a pesquisas futuras nesses materiais.
- Checagem da conformidade dos processos licitatórios, observando o processo original em razão da geração do empenho subsequente, obedecendo suas diversas etapas, do início ao fim.
- Verificação dos relatórios gerenciais de despesas executadas, execução orçamentária aplicada (dotação, empenho e liquidação), quadros financeiros e contábeis, apuração da arrecadação de duodécimos, acompanhamento da evolução patrimonial e controle de almoxarifado, entre outros.
- Observância por parte dos servidores às Instruções Normativas elaboradas pela Unidade Central de Controle Interno.

Os resultados constantes nos documentos citados objetivam oferecer condições para análise do exercício de 2018, em seus aspectos orçamentário, financeiro, operacional, econômico e patrimonial, demonstrando toda ação desenvolvida pela Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.

Ser ordenador de despesas do Poder Legislativo requer serenidade para lidar com as pressões relacionadas ao cumprimento de prazos e possíveis situações de crise, avaliando cenários e tomando as decisões com o suporte da equipe. A organização no trabalho e o foco constante nos resultados são outras qualidades imprescindíveis para o gestor público. Verificamos a real necessidade de ampliação do quadro de pessoal e aperfeiçoamento dos servidores, ou seja, sabemos da necessidade constante de promover:

- Capacitações em execução orçamentária, financeira e contábil, administração de recursos humanos e de materiais e patrimônio, licitações e compras, pelos servidores da área, por meio de cursos, videoconferências, treinamentos, etc.
- Aperfeiçoamentos/modificações quanto ao controle dos materiais de consumo, uma vez que a atual forma não é a mais eficiente.
- Motivação da equipe através da horizontalização do trabalho, dando mais poder e, ao mesmo tempo, cobrando mais resultados.

Para o futuro, será necessário dar continuidade à criação de normas próprias que estabeleçam as atividades específicas de cada departamento/setor, inclusive quanto a elaboração dos arquivos a serem encaminhados para a Prestação de Contas Anual.

#### **4 RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL**

Em atendimento a Lei Complementar nº 101/2000, a Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES elaborou e publicou quadrimestralmente/semestralmente os Relatórios de Gestão Fiscal - RGF até 35 dias após o encerramento do período a que correspondia, sendo composto no primeiro semestre pelo Demonstrativo da Despesa com Pessoal, depois republicado quadrimestralmente para atendimento à legislação; no segundo quadrimestre composto pelo Demonstrativo da Despesa com Pessoal e no segundo semestre pelo Demonstrativo da Despesa com Pessoal, da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar e do Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

Fazendo uma análise dos dados apresentados nos Relatórios de Gestão Fiscal, pode-se observar que a Câmara apresentou como Despesa Total com Pessoal no exercício de 2018 o montante de R\$ 1.094.611,66 (Um milhão e noventa e quatro mil, seiscentos e onze reais e sessenta e seis centavos), sendo R\$ 908.496,80 (Novecentos e oito mil, quatrocentos noventa e seis reais e oitenta centavos) com Folhas de Pagamento (Servidores e Vereadores) e R\$ 186.114,86 (Cento oitenta e seis mil e cento e quatorze reais e oitenta e seis centavos) como obrigações patronais, o que implica em 3,51% em relação à Receita Corrente Líquida do Município informada pelo Poder Executivo, não ultrapassando assim os limites com Despesa de Pessoal naquele exercício.

Seguem abaixo os dados apurados pelo Departamento Contábil Financeiro, publicados no Diário Oficial dos Municípios - AMUNES e informados ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo por meio do Sistema LRFWeb, bem como no Siconfi - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro:

Câmara Municipal de Laranjeira da Terra - PODER LEGISLATIVO													R\$ 1,00
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL													
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL													
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL													
2º SEMESTRE DE 2018 - JULHO A DEZEMBRO DE 2018													
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 33, inciso I, alínea "c")													
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	(Ótimo: 12 Meses)												
	LIQUIDADAS												
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OCT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	Total (Ótimo: 12 meses) (a)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	72.398,67	78.898,67	84.263,56	103.933,09	96.688,27	86.688,27	86.708,00	86.708,00	86.708,00	86.708,00	99.489,41	145.734,00	1.094.813,00
Personal Ativo	72.398,67	78.898,67	84.263,56	103.933,09	96.688,27	86.688,27	86.708,00	86.708,00	86.708,00	86.708,00	99.489,41	145.734,00	1.094.813,00
Vinculações, Variações e Outras Despesas Variáveis	72.398,67	43.663,38	31.371,29	32.472,71	31.371,29	31.371,29	31.668,00	31.668,00	31.668,00	31.668,00	33.889,23	122.346,76	968.246,88
Obrigações Patronais		35.184,29	22.692,31	36.459,38	15.029,92	15.029,92	15.048,00	15.048,00	15.048,00	15.048,00	15.531,22	22.983,32	186.114,38
Benefícios Previdenciários													
Personal Inativo e Previdenciário													
Aposentadorias, Reservas e Reformas													
Pensões													
Outros Benefícios Previdenciários													
Outras desp. pessoal decor. contr. sociais (1) (2) de art. 14 da LRF)													
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (3) (4) de art. 19 da LRF)</b>													
Subsídios por Demissão e Indenizações a Demissão Voluntária													
Despesas de Deslida Judicial de período anterior ao da apuração													
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração													
Inativos e Previdenciários com Reservas Vinculadas													
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)</b>	72.398,67	78.898,67	84.263,56	103.933,09	96.688,27	86.688,27	86.708,00	86.708,00	86.708,00	86.708,00	99.489,41	145.734,00	1.094.813,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL								VALOR		% SOBRE A RCL AJUSTADA			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)								31.212.952,28					
(1) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (6) 13, art. 166 da CF)													
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)								31.212.952,28					
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III) + (II) (3)								1.094.813,00		3,51			
LIMITE MÁXIMO (VIII) (inciso I, II e III, art. 19 da LRF)								1.071.777,24		9,89			
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (R\$) + VIII) (parágrafo único do art. 17 da LRF)								1.079.138,28		10,79			
LIMITE DE ALERTA (X) = (R\$) + VIII) (inciso II do 1º de art. 19 da LRF)								1.088.499,43		11,88			

Câmara Municipal de Laranjeira da Terra - PODER LEGISLATIVO										R\$ 1,00
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL										
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR										
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL										
EXERCÍCIO DE 2018 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018										
RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")										
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	37.098,67	0,00	0,00	0,00	0,00	37.098,67	0,00	0,00		
RECURSOS ORDINÁRIOS	37.098,67	0,00	0,00	0,00	0,00	37.098,67	0,00	0,00		
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	37.098,67	0,00	0,00	0,00	0,00	37.098,67	0,00	0,00		
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS - RPPS (I)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS - RPPS (II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
<b>TOTAL - RPPS (III) = (I + II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissor: , 08

O Valor financeiro de R\$ 37.098,67 refere-se a férias e obrigações patronais relativas ao registro por competência.

ff

Câmara Municipal de Laranja da Terra - PODER LEGISLATIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
EXERCÍCIO DE 2018 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018		
LRF, art. 48 - Anexo 6		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>		<b>VALOR ATÉ O ANO</b>
Receita Corrente Líquida		31.212.952,30
Receita Corrente Líquida Ajustada		
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>		<b>VALOR</b>
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.094.611,66	3,51
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00 %	1.872.777,14	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,70 %	1.779.138,28	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>		<b>VALOR</b>
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
<b>GABANTIAS DE VALORES</b>		<b>VALOR</b>
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>		<b>VALOR</b>
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
<b>RESTOS A PAGAR</b>		<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO</b>
		<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
Valor Total		37.098,67

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Câmara Municipal De Laranja Da Terra, Exercício: 2018/2019, em 13:13:30

<p>WELERSSOM JOSÉ MERCANDELE PRESIDENTE DA CÂMARA BIÊNIO 2019/2020</p>	<p>GILMAR VIEIRA DA SILVA CONTEADOR CRC-ES-018349/0</p>
<p>VERUSKA PEDRO CONTROLADORA GERAL INTERNA PORTARIA 18/2012</p>	

**Fontes:** Mural da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES; No Diário da Amunes em 29/01/2019: [https://diariomunicipales.org.br/arquivos/edicoes/1548772037\\_Edicao\\_1189\\_assinado.pdf](https://diariomunicipales.org.br/arquivos/edicoes/1548772037_Edicao_1189_assinado.pdf) (anexo 1 foi republicado em 07/02/2019 - [https://diariomunicipales.org.br/arquivos/edicoes/1549545062\\_Edicao\\_1196\\_assinado.pdf](https://diariomunicipales.org.br/arquivos/edicoes/1549545062_Edicao_1196_assinado.pdf)); No SICONFI em 29/01/2019: [file:///C:/Users/Windows-002/Downloads/SICONFI\\_RGF\\_6488\\_QUADRIMESTRAL\\_3%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows-002/Downloads/SICONFI_RGF_6488_QUADRIMESTRAL_3%20(1).pdf)

## 5GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de recursos humanos é uma atividade executada por organizações públicas e privadas com a finalidade de selecionar, gerir e direcionar os colaboradores de uma organização no cumprimento de objetivos e interesses pré-definidos. Os recursos humanos são o componente mais importante de uma instituição. Gerenciá-lo de forma apropriada é fundamental para que ela funcione adequadamente.

Nesse sentido, é dever da Administração manter um quadro de pessoal qualificado, motivado e adequado às suas necessidades, observando sempre o aspecto da legalidade no que se referem aos atos de gestão de recursos humanos, certificando-se da lisura e eficiência.

Assim, administrar é dirigir uma organização utilizando técnicas de gestão para que esta alcance seus objetivos. A essência do trabalho do gestor público consiste em obter resultados por meio das pessoas que ele coordena e das ações que implementa.

A folha de pagamento tem função operacional, contábil e fiscal, sendo constituída com base em todas as ocorrências mensais do servidor, com a descrição dos fatos que envolveram a relação de trabalho, transformada em valores numéricos, ou seja, resultados, levando em consideração os códigos, quantidades, referências, percentagens e valores apurados.

O quadro funcional da Câmara em Dezembro de 2018 era composto da seguinte forma:

Servidores Efetivos: 06 (seis), estando um deles ocupando cargo comissionado

Servidores Comissionados: 03 (três), sendo, como dito, um proveniente de cargo efetivo

Servidores Conveniados: 01 (um)

Estagiários: 01 (Um) cedido em 2018 para o Fórum Municipal Antônio Tápias de Vasconcelos.

Total Geral de Servidores em atividade: 10 (Dez)

Cargos ocupados: Contador; Auxiliar de Secretaria Geral; Auxiliar Parlamentar, Assistente Parlamentar; Agente de Serviços Gerais; Procurador e Assessor Jurídico; Controlador Geral Interno; Secretário Geral da Câmara e Motorista e Controlador de Combustíveis. Foi mantido o cargo de Contador, preenchido por funcionário cedido pelo Poder Executivo, situação que já acontece desde Agosto de 2012 e que foi preciso manter para prosseguirmos com os trabalhos do Departamento de Contabilidade.

<b>GASTO COM FOLHA DE PAGAMENTOS - 70%</b>	
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
REPASSE RECEBIDO	R\$ 1.462.462,44
ORÇAMENTÁRIA	R\$908.496,80

3.1.90.01.00 - Aposentadorias e Reformas	R\$ 0,00
3.1.90.03.00 - Pensões	R\$ 0,00
3.1.90.04.00 - Contratação Tempo Determinado	R\$ 0,00
3.1.90.09.00 - Salário-Família	R\$ 0,00
3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 908.496,80
TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL	R\$ 908.496,80
A - Limite conforme Constituição - 70,00 %	R\$ 1.023.723,71
B - Valor Aplicado	R\$ 908.496,80
Percentual Aplicado (%)	62,12%
Diferença (A - B)	R\$ 115.226,91

OBS: Se considerarmos o valor preliminar do Orçamento, que estava estipulado em R\$ 1.454.669,28 (Um milhão, quatrocentos cinquenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte e oito centavos), os R\$ 908.496,80 (Novecentos e oito mil, quatrocentos noventa e seis reais e oitenta centavos) gastos com Folhas de Pagamento representaria 62,45%.

Foi mantida a Decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES - DECISÃO MONOCRÁTICA 00042/2017-1 ref. ao Processo TCEES: 761/2017-7 - Controle Externo - Fiscalização - Representação, considerando supostos indicativos de irregularidades decorrentes do pagamento de adicional de férias, reajuste salarial vinculado ao salário mínimo, bem como irregularidades decorrentes do aumento de despesa da Câmara Municipal por meio de Resolução, em afronta ao princípio da reserva legal.

O reconhecimento das receitas e gastos é um dos aspectos básicos da contabilidade que deveser conhecido para poder avaliar adequadamente as informações financeiras. Sob o método de competência, os efeitos financeiros das transações e eventos são reconhecidos nos períodos nos quais ocorrem, independentemente de terem sido recebidos ou pagos. No caso do valor relativo às férias, 1/3 de férias, 13º salário e INSS correspondente, a Câmara apropria estes valores mensalmente em obediência ao regime de competência, efetuando a provisão para o pagamento dessas verbas. Assim, ressaltamos aqui que foi deixado em 31/12/2018 no Banco do Estado do Espírito Santo - CC 3.488.533, um saldo de R\$ 37.098,67

(Trinta e sete mil e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos) para atendimento aos registros originados do Regime por Competência relativo aos direitos elencados acima.

É necessidade iminente promover a operacionalização do sistema informatizado de Recursos Humanos e Folha de Pagamento utilizando todas as suas funcionalidades adequadamente, de maneira a facilitar os trabalhos e rotinas do setor, principalmente no que diz respeito aos cálculos relativos ao Regime de Competência.

Há enorme necessidade de integração entre os sistemas de Recursos Humanos e Contabilidade, uma vez que os dados estando integrados facilitarão muito mais sua conferência e sua aplicabilidade.

Somos sabedores de que a partir de Janeiro de 2020 implementar a prática do e-Social será necessário. Mas, o grande desafio é comprometer as pessoas com o processo de mudança. O atual presidente terá essa responsabilidade. Muitas iniciativas de melhoria fracassam porque não se estabelecem estratégias eficazes de comprometimento dos envolvidos, ou sequer uma estratégia de comunicação dos objetivos pretendidos e dos meios a utilizar. Um dos principais objetivos deve ser proporcionar aos funcionários condições para abandonarem o papel que lhes impõe a organização tradicional do serviço público, para exercer um novo papel, como integrantes de um coletivo, trabalhando em equipe, participando democraticamente na tomada de decisões, sendo responsáveis pela melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Para alcançar essas metas, a busca de formação e de motivação dos funcionários públicos oferece a estes oportunidades para o intercâmbio de pontos de vista sobre a implementação de novos programas e técnicas, para investigar as condições da prestação dos serviços e para elaborar um projeto coletivo próprio do setor no qual se inserem.

A análise da informação qualitativa e quantitativa quanto à motivação dos servidores públicos manifesta que certas práticas institucionais objetivadas nos moldes tradicionais de prestação desses serviços representam obstáculos para a introdução de novos projetos e para a inovação necessária. Isso significa que os desejos de mudança, diante de uma realidade institucional fortemente marcada pela reprodução de velhos esquemas organizativos, somente alcançam o objetivo de desmotivar os funcionários e a própria direção de cada setor.

Uma política de intervenção que se baseia na construção de novos espaços deve enfrentar, ainda, o problema de que muitos não atribuem significação à motivação diante do seu

trabalho e esse mal-estar é um indicador das dificuldades existentes para se trabalhar em equipe, com uma cultura de colaboração, quando a autonomia e a motivação são inexistentes.

Outra conclusão é que a motivação para o aproveitamento desse espaço/tempo passa também pela abordagem de temáticas adequadas aos interesses dos funcionários, pelo incentivo à expressão de opiniões e pela elaboração de propósitos claramente definidos, que se apresentem como possibilidades.

A formação e a motivação, porém, são energias que conduzem a atividade humana ao alcance da excelência na prestação de serviços públicos, podendo se converter nos principais objetivos da gestão de pessoas nesse setor e fundamento de sua existência.

O primeiro desafio é alinhar o conhecimento com uma aprendizagem voltada para o alcance da excelência produtiva e operacional da organização, para o alcance de seus objetivos e para o aumento de sua produtividade.

O segundo desafio é possibilitar a compreensão do papel de cada um e a importância de sua qualificação para o desempenho global. Esse alinhamento é essencial para ações de treinamento e desenvolvimento, porque garante que o conhecimento seja manejado para compreender e agir para que os objetivos sejam alcançados.

O terceiro desafio é garantir a aprendizagem real, que torne mais produtivo o trabalho individual e de equipe e eficientes os processos internos e externos.

O quadro abaixo apresenta as variações relativas a Despesas com Pessoal no período de 2016 a 2018, para uma comparação mais eficiente:

Ano	Vencimentos e Vantagens Fixas - P. Civil - Folhas de Pagamento	Obrigações Patronais - INSS - RGPS	Total R\$
2016	R\$ 972.354,50	R\$ 202.795,67	R\$ 1.175.150,17
2017	R\$ 898.909,98	R\$ 188.060,56	R\$ 1.086.970,54
2018	R\$ 908.496,80	R\$ 186.114,86	R\$ 1.094.611,66

Ressalte-se que a Lei nº 0797/2016, de 13 de setembro de 2016, estipulou os subsídios que vigorarão de 2017 a 2020, sendo o de Vereadores R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) e o Presidente da Câmara R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

## 5.1 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO RGPS

DESPESAS COM OBRIGAÇÕES PATRONAIS - RGPS - EXERCÍCIO 2018			
Meses	PATRONAL	DESC. SERVIDORES	PAGO EM:
JANEIRO	R\$ 15.184,39	R\$ 7.148,65	20/02/2018
FEVEREIRO	R\$ 12.692,51	R\$ 6.530,00	20/03/2018
MARÇO	R\$ 15.029,92	R\$ 7.323,32	20/04/2018
ABRIL	R\$ 15.429,26	R\$ 7.624,27	18/05/2018
MAIO	R\$ 15.029,92	R\$ 7.323,32	18/06/2018
JUNHO	R\$ 15.029,92	R\$ 7.323,32	16/07/2018
JULHO	R\$ 15.048,60	R\$ 7.331,33	17/08/2018
AGOSTO	R\$ 15.048,60	R\$ 7.331,33	19/09/2018
SETEMBRO	R\$ 15.048,60	R\$ 7.331,33	18/10/2018
OUTUBRO	R\$ 15.048,60	R\$ 7.331,33	19/11/2018
NOVEMBRO	R\$ 15.531,22	R\$ 7.553,10	19/12/2018
DEZEMBRO	R\$ 16.604,72	R\$ 7.512,14	28/12/2018
13º	R\$ 5.388,60	R\$ 2.310,30	20/12/2018
Totais Individuais	R\$186.114,86	R\$ 89.973,74	
Total Geral	R\$ 276.088,60		

OBS: Os valores liquidados e pagos de obrigações patronais ao INSS no exercício de 2018 foram de R\$ 186.114,86 (Cento oitenta e seis mil cento e quatorze reais e oitenta e seis centavos).

**PARTE PATRONAL**

EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	FOLHAS DE PAGAMENTO
R\$ 186.114,86	R\$ 186.114,86	R\$ 186.114,86	R\$ 186.114,86

**PARTE DOS SEGURADOS**

INSCRIÇÕES	BAIXAS	FOLHAS DE PAGAMENTOS
R\$ 89.973,74	R\$ 89.973,74	R\$ 89.973,74

Foram detalhadas mensalmente as despesas pagas das obrigações patronais ao INSS, distinguindo os valores repassados da parte do servidor e da parte empregador.

## **6 SUPORTE ADMINISTRATIVO - SECRETARIA GERAL DA CÂMARA**

A Secretaria Geral da Câmara prestou assessoramento ao Presidente em matéria de planejamento, coordenação, controle e avaliação das atividades desenvolvidas pelo órgão, estudou e analisou o funcionamento e a organização de seus serviços e promoveu a execução de medidas para simplificação, racionalização e aprimoramento de suas atividades. Também coordenou e controlou as ações inerentes ao sistema de Almoxarifado, Patrimônio, Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Limpeza e Conservação do pavimento, Licitações e Compras.

O patrimônio público deve ser entendido como o conjunto de bens, direitos e obrigações, mensuráveis em moeda corrente, pertencentes a uma entidade da Administração Direta ou Indireta, que não visa lucro, e sim está voltada para o atendimento das necessidades e interesses da coletividade. Com isso, é de responsabilidade dos administradores e administrados vincular a proteção e defesa do patrimônio das entidades, através de um cadastramento eficiente de todos esses materiais, que possam vir a servir de base para futuros levantamentos e aferições, uma vez que todo esse conjunto de materiais constitui o patrimônio público, o qual foi adquirido com recursos da sociedade. Custou dinheiro e deve ser tratado como se dinheiro fosse.

A fim de manter atualizados os registros dos bens patrimoniais, bem como a responsabilidade dos setores onde se localizam tais bens, a Câmara procede ao inventário anualmente por meio de Comissão designada para tal, mediante verificações físicas no fim do exercício financeiro. Este relatório é incorporado à Prestação de Contas Anual a ser encaminhada até 31 de março do exercício seguinte.

## 6.1 RELAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS ADQUIRIDOS EM 2018

Os bens patrimoniais do Poder Legislativo estão devidamente incorporados.



Câmara Municipal de Laranja da Terra  
Governo do Estado do Espírito Santo

Classe Inicial: 010 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO  
Classe Final: 05 - TELEFONES  
Atividade Para a Classe Inicial: 00000001 - Ligar Não Definido  
Atividade Para a Classe Final: 00000011 - Departamento Controladoria  
Bem Inicial: 00000002 - For. Janela para 010 - Interno Control  
Bem Final: 00000005 - HD EXTERNO SEAGATE 2TB USB 3.0  
Período Inicial: 01/01/2018  
Período Final: 31/12/2018  
Incorporação = Faltou de Bem =  
Incorporação = Faltou de Bem =  
Incorporação = Faltou de Bem =



## RELAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS SIMPLES

Classe	023 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS				
Tombamento	Especificação	Aquisição	Localização Atual	Responsável	Valor de Aquisição
000000320	IMPRESSORA BROTHER HL5370DWT LASER C BANDEJA OPCIO	29/06/2018	Dependências da Câmara	Gilberto Storch	2.500,00
000000321	IMPRESSORA BROTHER HL5370DWT LASER C BANDEJA OPCIO	29/06/2018	Dependências da Câmara	Gilberto Storch	2.500,00
000000327	GRAVADOR E LEITOR EXTERNO DE CD E DVD gravador e leitor externo de cd e dvd	29/10/2018	Dependências da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	555,66
000000328	MULTIFUNCIONAL LASERJET COLOR T6B74A#696	04/12/2018	Dependências da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	1.490,00
000000329	MULTIFUNCIONAL LASERJET COLOR T6B74A#696	04/12/2018	Dependências da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	1.490,00
000000330	HD EXTERNO SEAGATE 2TB USB 3.0 hd externo seagate 2tb usb 3.0	18/12/2018	Departamento Contábil/Financeiro	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	459,00
000000331	MIKROTIK ROUTERBOARD RB-201 UIAS-RM L5 mikrotik routerboard rb 201 uias-rm l5	18/12/2018	Dependências da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	789,00
000000332	NOBREAK TS SHARA UPS SOHO II 1000VA 1 BAT 12 V/7AH nobreak ts shara ups soho ii 1000va 1 bat 12 v/7ah e bivolt 115/220v s. 115v c/eng 6t	18/12/2018	Dependências da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	356,90
000000333	NOBREAK TS SHARA UPS SOHO II 1000VA 1 BAT 12 V/7AH nobreak ts shara ups soho ii 1000va 1 bat 12 v/7ah e bivolt 115/220v s. 115v c/eng 6t	18/12/2018	Dependências da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	356,90
000000334	ROTEADOR WIRELESS MERCUSYS N300MBPS 4 PORTAS 10/1 roteador wireless mercusys n300mbps 4 portas 10/1	18/12/2018	Plenário da Câmara	Gilberto Storch	78,00
000000341	HD EXTERNO SEAGATE 2TB USB 3.0 hd externo seagate 2tb usb 3.0	28/12/2018	Dependências da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	459,00
000000342	HD EXTERNO SEAGATE 2TB USB 3.0 hd externo seagate 2tb usb 3.0	28/12/2018	Dependências da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	459,00
000000343	HD EXTERNO SEAGATE 2TB USB 3.0 hd externo seagate 2tb usb 3.0	28/12/2018	Dependências da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	459,00
<b>Quantidade de Bens da Classe: 13</b>					<b>Valor Total da Classe: 11.952,46</b>
Classe	025 - APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS				
Tombamento	Especificação	Aquisição	Localização Atual	Responsável	Valor de Aquisição
000000304	MICROONDAS LG EASYCLEAN MS2355 23L BRANCO	16/05/2018	Dependências da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	370,00
000000316	AR CONDICIONADO ELGIN 36000 BTUS FRIO ar condicionado elgin 36000 btus frio	14/06/2018	Plenário da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	6.250,00
000000317	AR CONDICIONADO ELGIN 36000 BTUS FRIO ar condicionado elgin 36000 btus frio	14/06/2018	Plenário da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	6.250,00
000000322	GARRAFA INVICTA INOX 1,8 L	29/06/2018	Dependências da Câmara	Leonora Zibell	110,00
000000323	FOGÃO ELÉTRICO DE MESA 02 BOCAS	29/06/2018	Dependências da Câmara	Leonora Zibell	170,00
000000324	SANDUICHEIRA GRILL EPV 816	03/07/2018	Dependências da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	49,90
000000325	ARMÁRIO AEREO 3 PTS IP3 PREMIUM BRC ITATIAIA	03/07/2018	Dependências da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	214,60
000000326	LIQUIDIFICADOR DIAMANTE 800 4 VEL BLACK	03/07/2018	Dependências da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	99,90
<b>Quantidade de Bens da Classe: 8</b>					<b>Valor Total da Classe: 13.514,40</b>
Classe	026 - MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO				
Tombamento	Especificação	Aquisição	Localização Atual	Responsável	Valor de Aquisição
000000318	GUILHOTINA BASE DE AÇO 30 CM 10 FOLHAS COM TRAVA	29/06/2018	Dependências da Câmara	Gilberto Storch	75,00
000000319	FRAGMENTADORA DE PAPEL 10 FOLHAS	29/06/2018	Dependências da Câmara	Gilberto Storch	320,00
<b>Quantidade de Bens da Classe: 2</b>					<b>Valor Total da Classe: 395,00</b>
Classe	027 - MOBILIARIO EM GERAL				
Tombamento	Especificação	Aquisição	Localização Atual	Responsável	Valor de Aquisição
000000303	ARMARIO PARA PIA 3 GAVETAS 2PORTAS 45 PROFUNDIDADE armario para pia 3 gavetas 2portas 45 profundidade 69 altura, 120 comprimento	09/05/2018	Dependências da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	542,00
<b>Quantidade de Bens da Classe: 1</b>					<b>Valor Total da Classe: 542,00</b>
Classe	033 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO				
Tombamento	Especificação	Aquisição	Localização Atual	Responsável	Valor de Aquisição
000000335	MICROFONE DE MESA PROFISSIONAL GOOSENECK - MMF303 aquisição de microfone de mesa profissional gooseneck - mmf303 para a mesa dos vereadores.	13/12/2018	Plenário da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	345,00
000000336	MICROFONE DE MESA PROFISSIONAL GOOSENECK - MMF303 aquisição de microfone de mesa profissional gooseneck - mmf303 para a mesa dos vereadores.	13/12/2018	Plenário da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	345,00
000000337	MICROFONE DE MESA PROFISSIONAL GOOSENECK - MMF303 aquisição de microfone de mesa profissional gooseneck - mmf303 para a mesa dos vereadores.	13/12/2018	Plenário da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	345,00
000000338	MICROFONE DE MESA PROFISSIONAL GOOSENECK - MMF303 aquisição de microfone de mesa profissional gooseneck - mmf303 para a mesa dos vereadores.	13/12/2018	Plenário da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	345,00
000000339	MICROFONE DE MESA PROFISSIONAL GOOSENECK - MMF303 aquisição de microfone de mesa profissional gooseneck - mmf303 para a mesa dos vereadores.	13/12/2018	Plenário da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	345,00
000000340	MICROFONE DE MESA PROFISSIONAL GOOSENECK - MMF303 aquisição de microfone de mesa profissional gooseneck - mmf303 para a mesa dos vereadores.	13/12/2018	Plenário da Câmara	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	345,00
<b>Quantidade de Bens da Classe: 6</b>					<b>Valor Total da Classe: 2.070,00</b>

Classe	034 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO				
Tombamento	Especificação	Aquisição	Localização Atual	Responsável	Valor de Aquisição
000000305	QUADRO COM MOLDURA EM MADEIRA 20X 30 - GALERIA DE quadro com moldura em madeira 20x 30 - galeria de ex -presidentes	05/06/2018	Plenário da Câmara	GILSON GOMES JUNIOR	15,00
000000306	QUADRO COM MOLDURA EM MADEIRA 20X 30 - GALERIA DE quadro com moldura em madeira 20x 30 - galeria de ex -presidentes	05/06/2018	Plenário da Câmara	GILSON GOMES JUNIOR	15,00
000000307	QUADRO COM MOLDURA EM MADEIRA 20X 30 - GALERIA DE quadro com moldura em madeira 20x 30 - galeria de ex -presidentes	05/06/2018	Plenário da Câmara	GILSON GOMES JUNIOR	15,00
000000308	QUADRO COM MOLDURA EM MADEIRA 20X 30 - GALERIA DE quadro com moldura em madeira 20x 30 - galeria de ex -presidentes	05/06/2018	Plenário da Câmara	GILSON GOMES JUNIOR	15,00
000000309	QUADRO COM MOLDURA EM MADEIRA 20X 30 - GALERIA DE quadro com moldura em madeira 20x 30 - galeria de ex -presidentes	05/06/2018	Plenário da Câmara	GILSON GOMES JUNIOR	15,00
000000310	QUADRO COM MOLDURA EM MADEIRA 20X 30 - GALERIA DE quadro com moldura em madeira 20x 30 - galeria de ex -presidentes	05/06/2018	Plenário da Câmara	GILSON GOMES JUNIOR	15,00
000000311	QUADRO COM MOLDURA EM MADEIRA 20X 30 - GALERIA DE quadro com moldura em madeira 20x 30 - galeria de ex -presidentes	05/06/2018	Plenário da Câmara	GILSON GOMES JUNIOR	15,00
000000312	QUADRO COM MOLDURA EM MADEIRA 20X 30 - GALERIA DE quadro com moldura em madeira 20x 30 - galeria de ex -presidentes	05/06/2018	Plenário da Câmara	GILSON GOMES JUNIOR	15,00
000000313	QUADRO COM MOLDURA EM MADEIRA 20X 30 - GALERIA DE quadro com moldura em madeira 20x 30 - galeria de ex -presidentes	05/06/2018	Plenário da Câmara	GILSON GOMES JUNIOR	15,00
000000314	QUADRO COM MOLDURA EM MADEIRA 20X 30 - GALERIA DE quadro com moldura em madeira 20x 30 - galeria de ex -presidentes	05/06/2018	Plenário da Câmara	GILSON GOMES JUNIOR	15,00
000000315	QUADRO COM MOLDURA EM MADEIRA 20X 30 - GALERIA DE quadro com moldura em madeira 20x 30 - galeria de ex -presidentes	05/06/2018	Plenário da Câmara	GILSON GOMES JUNIOR	15,00
<b>Quantidade de Bens da Classe: 11</b>				<b>Valor Total da Classe: 165,00</b>	
<b>Quantidade de Bens Geral: 41</b>				<b>Valor Geral: 28.638,86</b>	

## 6.2 ALIENAÇÕES DE BENS



Câmara Municipal de Laranja da Terra  
 Governo do Estado do Espírito Santo

Classe Inicial: 010 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO  
 Classe Final: 150 - TERRENIOS  
 Localização Inicial: 00000000 - Local Não Definido  
 Localização Final: 00000011 - Departamento Central/Planoalto  
 Bem Inicial: 00000000 - Pa. Conto mod. SPN. marca Oficial  
 Bem Final: 00000043 - HD EXTERNO SEAGATE 2TB USB 3.0  
 Data Inicial: 01/01/2018  
 Data Final: 31/12/2018



### BAIXA DE BENS

Classe	023 - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS					
Tombamento	Especificação	Baixa	Guia	Tipo	Descrição	Valor de Baixa
000000170	NO BREACK dispoe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	09/03/2018	000000009	DOAÇÃO (PADRÃO) RESOLUÇÃO 03/2018 03/2018	INSERVÍVEL dispoe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	60,36
000000172	NO BREACK dispoe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	09/03/2018	000000009	DOAÇÃO (PADRÃO) RESOLUÇÃO 03/2018 03/2018	INSERVÍVEL dispoe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	60,36
000000199	NOTEBOOK dispoe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	09/03/2018	000000009	DOAÇÃO (PADRÃO) RESOLUÇÃO 03/2018 03/2018	INSERVÍVEL dispoe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	336,06
<b>Quantidade de Bens: 3</b>					<b>Valor Total: 456,78</b>	

Classe	025 - APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS					
Tombamento	Especificação	Baixa	Guia	Tipo	Descrição	Valor de Baixa
000000065	CONDICIONADOR DE AR 18.000 BTU'S 220 W. dispoe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	09/03/2018	000000009	DOAÇÃO (PADRÃO) RESOLUÇÃO 03/2018 03/2018	INSERVÍVEL dispoe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	36,00
<b>Quantidade de Bens: 1</b>					<b>Valor Total: 36,00</b>	

ff



Classe 027 - MOBILIARIO EM GERAL						
Tombamento	Especificação	Baixa	Guia	Tipo	Descrição	Valor de Baixa
	municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.				municipal de laranja da terra e da outras providencias.	
000000071	CADEIRA FIXA MOD 510-B, MARCA STILOFLEX. dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	09/03/2018	000000009	DOAÇÃO (PADRÃO) RESOLUÇÃO 03/2018 03/2018	INSERVÍVEL dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	1,79
000000133	CADEIRA FIXA TRADICIONAL SEC. dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	09/03/2018	000000009	DOAÇÃO (PADRÃO) RESOLUÇÃO 03/2018 03/2018	INSERVÍVEL dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	50,66
000000134	CADEIRA FIXA TRADICIONAL SEC. dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	09/03/2018	000000009	DOAÇÃO (PADRÃO) RESOLUÇÃO 03/2018 03/2018	INSERVÍVEL dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	50,66
000000135	CADEIRA FIXA TRADICIONAL SEC. dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	09/03/2018	000000009	DOAÇÃO (PADRÃO) RESOLUÇÃO 03/2018 03/2018	INSERVÍVEL dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	50,66
000000137	CADEIRA FIXA TRADICIONAL SEC. dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	09/03/2018	000000009	DOAÇÃO (PADRÃO) RESOLUÇÃO 03/2018 03/2018	INSERVÍVEL dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	50,66
000000138	CADEIRA FIXA TRADICIONAL SEC. dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	09/03/2018	000000009	DOAÇÃO (PADRÃO) RESOLUÇÃO 03/2018 03/2018	INSERVÍVEL dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	50,66
000000140	CADEIRA FIXA TRADICIONAL SEC. dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	09/03/2018	000000009	DOAÇÃO (PADRÃO) RESOLUÇÃO 03/2018 03/2018	INSERVÍVEL dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	50,66
000000141	CADEIRA FIXA TRADICIONAL SEC. dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	09/03/2018	000000009	DOAÇÃO (PADRÃO) RESOLUÇÃO 03/2018 03/2018	INSERVÍVEL dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	50,66

5

Classe 027 - MOBILIARIO EM GERAL						
Tombamento	Especificação	Baixa	Guia	Tipo	Descrição	Valor de Baixa
	e da outras providencias.				providencias.	
000000142	CADEIRA FIXA TRADICIONAL SEC. dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	09/03/2018	000000009	DOAÇÃO (PADRÃO) RESOLUÇÃO 03/2018 03/2018	INSERVÍVEL dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	50,66
000000143	CADEIRA FIXA TRADICIONAL SEC. dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	09/03/2018	000000009	DOAÇÃO (PADRÃO) RESOLUÇÃO 03/2018 03/2018	INSERVÍVEL dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	50,66
000000146	CADEIRA FIXA TRADICIONAL SEC. dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	09/03/2018	000000009	DOAÇÃO (PADRÃO) RESOLUÇÃO 03/2018 03/2018	INSERVÍVEL dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	50,66
000000147	POLTRONA PRESIDENTE dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	09/03/2018	000000009	DOAÇÃO (PADRÃO) RESOLUÇÃO 03/2018 03/2018	INSERVÍVEL dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	45,87
000000148	POLTRONA PRESIDENTE dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	09/03/2018	000000009	DOAÇÃO (PADRÃO) RESOLUÇÃO 03/2018 03/2018	INSERVÍVEL dispõe sobre a devolução de bens inservíveis da camara municipal à prefeitura municipal de laranja da terra e da outras providencias.	45,87
	Quantidade de Bens: 29					Valor Total: 856,15
	Quantidade de Bens Geral: 33					Valor Geral: 1.348,93

## 6.3 MATERIAIS DE CONSUMO ADQUIRIDOS EM 2018

## Almoxarifado 14

TABELA 14  
RESUMO DO INVENTÁRIO DO ALMOXARIFADO - MATERIAL DE CONSUMO

1

IDENTIFICAÇÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA ANO REFERÊNCIA: 2018 PERÍODO: 01/01/2018 até 31/12/2018										
UG: CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA										
CONTA CONTÁBIL	Descrição p/Subitem Contábil	Valores do Inventário FÍSICO				Valores registrados na Contabilidade				Divergência A - B
		Saldo Anterior	Entradas	Saídas	Saldo Atual - A	Saldo Anterior	Entradas	Saídas	Saldo Atual - B	
115610100000	MATERIAL DE CONSUMO	2.582,06	24.049,87	24.543,57	2.098,36	2.592,06	24.129,87	24.623,57	2.098,36	
115610200000	GENEROS ALIMENTÍCIOS		1.278,50	1.278,50			1.278,50	1.278,50		
115610400000	AUTOPEÇAS		130,00	130,00			130,00	130,00		
115610700000	MATERIAL DE EXPEDIENTE	3.275,06	2.278,08	576,98	4.974,16	3.275,06	2.278,08	576,98	4.974,16	
<b>TOTAL</b>		<b>5.867,12</b>	<b>27.734,45</b>	<b>26.529,05</b>	<b>7.072,52</b>	<b>5.867,12</b>	<b>27.814,45</b>	<b>26.609,05</b>	<b>7.072,52</b>	
Observação										

fb

## **7 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**

A transparência é um dos mecanismos de controle dos gastos públicos, dando efetividade ao aprimoramento da governança ao analisar com profundidade e de forma imparcial as estratégias de alocação de verbas públicas e a qualidade dos gastos governamentais.

Através da transparência, há de construir-se um Estado que gaste melhor, com a diminuição da corrupção, trazendo, outrossim, maior benefício social com os investimentos dos recursos obtidos.

Faz-se cada vez mais importante que a Administração Pública desenvolva meios de garantir que a sociedade tenha acesso à forma como estão sendo utilizados o dinheiro e os bens públicos. Garantir a transparência dos gastos públicos viabiliza a ratificação do estado democrático de direito.

Apesar de o Assistente Parlamentar alimentar o Site, no endereço *cmlaranjadaterra.es.gov.br*, quanto às atividades inerentes ao Processo Legislativo e a Controladora Geral Interna acompanhar e cobrar os operadores diretos dos sistemas que fornecem as informações para o Portal da Transparência, há ainda que se alimentar outras informações necessárias não disponibilizadas diretamente pelos sistemas, afim de atender a legislação em vigor.

## **8 GESTÃO DE CONTRATAÇÕES**

No controle da administração pública, os contratos administrativos para a realização de obras, aquisição de bens ou prestação de serviços constituem um ponto bastante sensível. Boa parte das notícias que envolvem denúncias de irregularidade e que circulam nos meios de comunicação diz respeito, direta ou indiretamente, aos processos de licitação e aos termos e condições contratuais pactuados entre o órgão público contratante e o particular contratado. O mesmo pode ser dito dos pronunciamentos dos Tribunais de Contas acerca da irregularidade das contas dos gestores públicos.

O que torna a questão complexa é que não basta fazer a licitação e formalizar o contrato administrativo. Faz-se necessária a gestão dos contratos depois que são assinados. Isto significa acompanhar toda a evolução do processo, desde a definição precisa da necessidade da administração, passando pela aprovação do edital, a realização do certame, até a execução do contrato, certificando-se de que o contratado está realizando a obra ou prestando o serviço conforme determina o projeto básico ou o termo de referência. É

preciso conferir se os bens adquiridos são de fato fornecidos na quantidade e qualidade especificadas no contrato.

Assim, nos preocupamos com o gerenciamento dos contratos, já que isso é crucial para a boa gestão. O acompanhamento periódico da execução contratual possibilitou à administração diagnosticar e corrigir as eventuais falhas porventura existentes.

Em 2018, foram nomeadas Comissões Especiais de Licitação para as licitações realizadas, não sendo nenhuma delas remunerada e todos servidores foram determinados a realizarem os cursos junto à Escola de Contas do TCE. Seguem abaixo informações sobre os 03 (três) processos licitatórios realizados:

### **8.1 PROCESSOS LICITATÓRIOS 2018**

#### **8.1.1 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018**

Objeto: Contratação de empresa para Hospedagem de Site

Vencedor: Ágape Consultoria e Assessoria Ltda EPP

CNPJ: 02.548.735/0001-80

Valor Total do Contrato: R\$ 16.000,00

#### **8.1.2 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018**

Objeto: Aquisição de Combustível para 2018 - Gasolina Comum

Vencedor: Carlos Alberto Schraiber - ME

CNPJ: 03.961.625/0001-08

Valor Total do Contrato: R\$ 12.990,00

#### **8.1.3 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018**

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de dois equipamentos de Ar Condicionado Split de Teto com capacidade de 36.000 BTUs, Frio Branco, de 220V, devidamente instalados e funcionando no local, com a garantia de um ano.

Vencedor: Lojas Boa Fé Ltda

CNPJ: 05.055.578/0001-69

Valor Total do Contrato: R\$ 12.500,00

## **8.2 - CONTRATOS CELEBRADOS EM 2018**

8.2.1-Contrato Administrativo 01/2018 - WW INFORMÁTICA LTDA ME

CNPJ: 07.293.212/0001-5

Valor Total do Contrato: R\$ 1.188,00

Objeto: Prestação de Serviços de Internet via cabo de fibra óptica - 15 Mbps.

8.2.2- Contrato Administrativo 02/2018 - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL LARANJENSE

CNPJ: 04.703.218/0001-63

Valor Total do Contrato: R\$ 7.975,00

Objeto: Prestação de serviços de transmissão mensal das sessões ordinárias e demais trabalhos legislativos via rádio e internet.

8.2.3 - Contrato Administrativo 03/2018 - CARLOS ALBERTO SCHRAIBER

CNPJ: 03.961.625/0001-08

Valor Total do Contrato: R\$ 12.990,00

Objeto: Fornecimento de até 3000 litros de gasolina para atender as necessidades da CM em 2018.

8.2.3.1 - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2018 - CARLOS ALBERTO SCHRAIBER

CNPJ: 03.961.625/0001-08

Valor Total do Aditivo: R\$ 660,00

Objeto: Equilíbrio financeiro ao contrato de aquisição de combustível de número 03/2018.

8.2.3.2 - Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2018 - CARLOS ALBERTO SCHRAIBER

CNPJ: 03.961.625/0001-08

Valor Total do Aditivo: R\$ 1.020,00

Objeto: Equilíbrio financeiro ao contrato de aquisição de combustível de número 03/2018

8.2.4 - Contrato Administrativo 04/2018 - ÁGAPE ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA

CNPJ: 02.548.735/0001-80

Valor Total do Contrato: R\$ 16.000,00

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em tecnologia da informação, incluindo os serviços de implantação, configuração, customização, licença, suporte mensal de ferramentas...

8.2.5 - Contrato Administrativo 05/2018 - WW INFORMÁTICA LTDA ME

CNPJ: 07.293.212/0001-5

Valor Total do Contrato: R\$ 3.999,00

Objeto: Prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em softwares e hardwares.

8.2.6 - Contrato Administrativo 06/2018- LOJAS BOA FÉ LTDA - ME

CNPJ: 05.055.578/0001-69

Valor Total do Contrato: R\$ 12.500,00

Objeto: Aquisição de 02 aparelhos de ar condicionado, devidamente instalados

8.2.7 -Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2015 - E&L PRODUÇÕES DE SOFTWARE LTDA - Vigência 2019

CNPJ: 39.781.752/0001-72

Valor Total do Aditivo: R\$ 29.082,00

Objeto: Licença de uso de softwares de gestão pública.

8.2.8 - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2017 - EMPORIO CARD LTDA

CNPJ: 04.432.048/0001-20

Valor Total do Aditivo: R\$ 33.542,64

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento e gerenciamento de Auxílio-Alimentação, por meio de Cartão Eletrônico/Magnético, com senha individual, para recarga mensal, destinado à aquisição de gêneros alimentícios para os servidores da Câmara Municipal, para 12 (doze) meses.

É notório que a gestão de processos pode influenciar as decisões políticas, com demonstrações reais de resultados que podem ser alcançados com alterações ou eliminação de rotinas ultrapassadas e que não apresentam vantagens ao órgão.

É necessário elaborar um programa de capacitação para servidores para atuar na Fiscalização de Contratos, no Controle do Almoxarifado e do Patrimônio, com as atividades relacionadas à tecnologia da informação, Portal da Transparência, digitalização dos processos do acervo permanente para posterior disponibilização para consulta via web e eliminação, implantação do processo eletrônico visando à continuidade de ações que proporcionem maior transparência e celeridade no trâmite processual, entre outras atividades.

É preciso também aprimorar continuamente o processo legislativo e otimizar os recursos visando à melhoria da atuação parlamentar, para a melhor fiscalização dos atos do Poder Executivo, elaboração da legislação e articulação permanente com a sociedade.

## 9 MANUTENÇÃO DE VEÍCULO

Os serviços de troca de óleo e inspeção (manutenção preventiva) referentes ao único veículo de propriedade desta Câmara, Fiat Palio WeekendAdventure Dualogic 2011/2012, Placa ODA 0518, de maneira a mantê-lo em condições de uso, disponível para o atendimento aos usuários, de forma segura, foram realizados corretamente nos devidos prazos.

### 9.1 DESPESAS COM O VEÍCULO OFICIAL

A Câmara possui 01 (um) veículo oficial - Palio Weekend Adventure Dualogic 1.8 16v. flex 4p/2011, Placa ODA 0518.

### 9.2 PEÇAS E ACESSÓRIOS/SERVIÇOS

DATA DE PAGAMENTOS	CREDOR	GASTOS COM PEÇAS, PNEUS E ACESSÓRIOS.	GASTOS COM SERVIÇOS
27/02/2018 16/08/2018 19/12/2018	IVAIR OST - ME	R\$ 3.377,00	R\$ 1.085,00
18/10/2018	CARLOS ALBERTO SCHRAIBER	R\$ 1.540,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 4.917,00</b>	<b>R\$ 1.085,00</b>

9.3DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - Licenciamento Anual, postagem do CRLV, e Seguro DEPVAT do veículo Palio Wekeend Adventure Dualogic 1.8 16v. flex 4p/2011, Placa ODA 0518, da Câmara Municipal ref. ao ano de 2018. Valor: R\$ 222,27

9.4PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - Seguro do Veículo Palio Wekeend Adventure Dualogic 1.8 16v. flex 4p/2011, Placa ODA 0518, da Câmara Municipal de Laranja da Terra. Valor: R\$ 1.574,88

#### 9.5DESPESA COM COMBUSTÍVEL - EXERCÍCIO DE 2018

Relatório emitido pelo Departamento Contábil Financeiro:

##### Listagem de Pagamentos Período De 01/01/2018 Até 31/12/2018

Nº Pagamento	Data	Nº Liquidação	Nº Empenho	Parcela	Subelemento	Credor	Valor Pagamento
0000075	10/04/2018	0000060/2018	0000031/2018	001	33903001000 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	CARLOS ALBERTO SCHRAIBER - EPP	1.265,85
0000076	10/04/2018	0000061/2018	0000031/2018	002	33903001000 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	CARLOS ALBERTO SCHRAIBER - EPP	1.637,13
0000105	15/05/2018	0000085/2018	0000031/2018	003	33903001000 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	CARLOS ALBERTO SCHRAIBER - EPP	1.343,87
0000137	06/06/2018	0000110/2018	0000031/2018	004	33903001000 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	CARLOS ALBERTO SCHRAIBER - EPP	1.836,53
0000177	12/07/2018	0000140/2018	0000031/2018	005	33903001000 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	CARLOS ALBERTO SCHRAIBER - EPP	1.283,40
0000201	06/08/2018	0000159/2018	0000031/2018	006	33903001000 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	CARLOS ALBERTO SCHRAIBER - EPP	1.691,55
0000232	06/09/2018	0000185/2018	0000031/2018	007	33903001000 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	CARLOS ALBERTO SCHRAIBER - EPP	1.483,96
0000259	08/10/2018	0000203/2018	0000031/2018	008	33903001000 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	CARLOS ALBERTO SCHRAIBER - EPP	975,60
0000297	19/11/2018	0000229/2018	0000031/2018	009	33903001000 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	CARLOS ALBERTO SCHRAIBER - EPP	700,29
0000323	11/12/2018	0000248/2018	0000031/2018	010	33903001000 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	CARLOS ALBERTO SCHRAIBER - EPP	652,56
0000359	21/12/2018	0000280/2018	0000031/2018	011	33903001000 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	CARLOS ALBERTO SCHRAIBER - EPP	116,28
Nº Reg: 00011							12.987,02

#### 10 - PUBLICAÇÃO LEGAL DOS RELATÓRIOS/ATIVIDADES DA CMLT

Os Relatórios de Gestão Fiscal foram legalmente formalizados e publicados, obedecendo à legislação pertinente. O Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º Semestre de 2018 foi publicado em 29 de janeiro de 2019. Os outros relatórios e atos administrativos praticados pelo Poder Legislativo foram legalmente formalizados e publicados em tempo hábil, ora no site oficial da Câmara, ora no mural, ora no SICONFI, ora no Departamento de Imprensa Oficial (DIO), jornal de grande circulação, conforme cada caso, sendo os comprovantes devidamente arquivados nos processos correspondentes.

## 10.1 - PUBLICAÇÕES NO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL - DIO - EXERCÍCIO 2018

446336	Extrato Aditivo EL 2019	Aditivo	07/12/2018 09:26:23	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	rtf	10/12/2018	Comprovante
436514	Errata Aditivo Emporio Card 2018 2019	Errata	29/10/2018 10:55:52	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	rtf	30/10/2018	Comprovante
435393	RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2017	Aditivo	24/10/2018 10:43:31	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	rtf	25/10/2018	Comprovante
432707	Extrato Reequilíbrio Contratual 02 2018 - Combustível	Termos	11/10/2018 14:41:45	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	rtf	15/10/2018	Comprovante
414746	Anexo 1 - RGF 1º semestre 2018 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL	Termos	26/07/2018 13:19:28	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	pdf	27/07/2018	Comprovante
408645	REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO	Aditivo	03/07/2018 12:08:32	GRACIELY SCHULTZ BISSOLI PALACIO	PUBLICADA	rtf	04/07/2018	Comprovante
408179	Inexigibilidade de licitação	Inexigibilidade de Licitação	29/06/2018 07:51:50	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	PUBLICADA	rtf	02/07/2018	Comprovante
402114	Extrato contrato 06 - Ares Condicionados- Lojas Boa Fé	Termos	05/06/2018 12:20:21	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	rtf	06/06/2018	Comprovante
402113	Extrato do Contrato 05/2018 - WW Informática	Termos	05/06/2018 12:17:26	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	rtf	06/06/2018	Comprovante
398556	Extrato do Resultado de Homologação PP 03/2018	Adjudicação e/ou Homologação	18/05/2018 12:43:39	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	rtf	21/05/2018	Comprovante
389388	Editais de Licitação - Ares condicionados	Termos	10/04/2018 17:37:18	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	rtf	11/04/2018	Comprovante
379525	Extrato 10 Convênio Estágio Gustavo Kettler	Termos	23/02/2018 17:20:12	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	rtf	26/02/2018	Comprovante
375410	Extrato de Contrato Ad 04/2018 Site	Contrato	02/02/2018 12:50:35	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	PUBLICADA	rtf	05/02/2018	Comprovante
375107	Extrato de Contrato Ad 03/2018 Combustível	Contrato	01/02/2018 12:39:10	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	PUBLICADA	rtf	02/02/2018	Comprovante
375106	Extrato Errata ASCOL	Errata	01/02/2018 12:36:45	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	PUBLICADA	rtf	02/02/2018	Comprovante
375104	Extrato Homologação Hospedagem 2018	Adjudicação e/ou Homologação	01/02/2018 12:29:48	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	PUBLICADA	rtf	02/02/2018	Comprovante
374719	Extrato Homologação Combustível 2018	Resultado de Licitação	31/01/2018 07:57:05	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	PUBLICADA	rtf	01/02/2018	Comprovante
374187	Extrato ASCOL 2018	Contrato	29/01/2018 13:02:14	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	PUBLICADA	rtf	30/01/2018	Comprovante
372801	Inexigibilidade de licitação	Inexigibilidade de Licitação	22/01/2018 13:28:38	DIULI ROBERTA OLIVEIRA GONÇALVES	PUBLICADA	rtf	23/01/2018	Comprovante
371991	Extrato 04 - Convênio e Termo de Cessão - PMLT x CMLT	Convênio	17/01/2018 13:56:27	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	rtf	18/01/2018	Comprovante
371988	Extrato 03 - Contrato WW informatica 2018	Contrato	17/01/2018 13:52:22	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	rtf	18/01/2018	Comprovante
371431	Extrato 02 - Pregão Presencial 02 2018 - Aquisição de combustível	Aviso de Licitação	15/01/2018 13:47:54	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	rtf	16/01/2018	Comprovante
371429	Extrato 01 - Pregão Presencial 01 2018 - Hospedagem de Site	Aviso de Licitação	15/01/2018 13:45:07	VERUSKA PEDRO	PUBLICADA	rtf	16/01/2018	Comprovante

**Valor total das publicações no DIO: R\$ 3.108,33 (Três mil cento e oito reais e trinta e três centavos)**

## 10.2 - PUBLICAÇÕES NO JORNAL A GAZETA - EXERCÍCIO 2018

Publicação Em 26/01/2018:

Relatórios da LRF:

- Anexo 1 - Demonstrativo da Despesa Com Pessoal;

- Anexo 5 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa edos Restos A Pagar;
- Anexo 6 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal.

**Valor total das publicações no Jornal A Gazeta: R\$ 1.746,36**

## **11 OBRAS E MANUTENÇÕES**

Em 2018 não foram realizadas obras por parte da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, pois uma das dificuldades apresentadas é a de que o imóvel em que se localiza a mesma é de propriedade do Poder Executivo.

Como não há previsões para elevação da Receita Municipal devido à grave crise financeira, hídrica e política que assola o país,(o que inviabiliza qualquer possibilidade de construção de uma sede própria)para o futuro, apesar de o edifício não ser de propriedade da Câmara Municipal, já foi solicitado ao Poder Executivo a realização de melhorias no pavimento em que a Câmara está instalada, como a realização de pinturas, reparos na laje, substituição da caixa d'água, construção de rampa de acesso para pessoas com deficiência e manutenção corretiva da edificação.

Além disso, devem ser promovidas readequações de tomadas e iluminação do edifício, com redistribuição de cargas elétricas, reduzindo a necessidade de extensões, filtros de linha, nobreaks e estabilizadores. Sugerimos a elaboração de projetos nas seguintes áreas:

- Adequação do espaço físico das unidades ao mobiliário, propiciando maior conforto e segurança aos servidores e usuários.
- Monitoramento de acesso de usuários por meio de câmeras de segurança e instalação de alarmes, visando propiciar maior segurança aos servidores/usuários do edifício, bem como ao patrimônio institucional.
- Climatização total do pavimento do edifício.

Portanto, muito se tem ainda a fazer para melhorar as condições físicas do espaço no qual a Câmara se encontra instalada.

## **12 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO- TI**

Os órgãos públicos necessitam passar por uma transformação tecnológica, objetivando adequar suas gestões governamentais à modernização e atenderem as suas necessidades e da sociedade com mais transparência, buscando a melhoria da qualidade de seus serviços com mais eficiência em um novo ambiente e ao mesmo tempo inovando o modo de se

comunicar com o cidadão de forma direta. Para isso, os governos precisam investir em equipamentos tecnológicos e, principalmente, na capacitação de seus gestores e servidores públicos.

A necessidade de adequar a gestão pública à TI prepara os órgãos também no atendimento de leis importantes como a Lei de Acesso a Informação - LAI e a Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e um de seus principais pilares encontra-se na transparência, onde os instrumentos de gestão dos governos devem ser amplamente divulgados, inclusive em meios eletrônicos de acesso público. A utilização da Internet deve ocorrer de forma que as informações sejam claras e objetivas para facilitar o entendimento do cidadão em suas diversas classes, o que, sem dúvida, promove a participação democrática e o controle social. Assim, a necessidade de investir na TI é evidente, já que exerce um papel fundamental na transformação das administrações públicas. E, particularmente a Internet com as suas diversas opções de uso, é peça indispensável para que isso aconteça principalmente na mudança no modelo de conduzir as gestões públicas, tornando os serviços mais ágeis e eficientes, fazendo com que haja maior transparência nas ações governamentais, além de propiciar benefícios à sociedade através de sua correta utilização, pois as mudanças serão sentidas no cotidiano do cidadão que, por meio da Internet, passa a possuir mais uma importante ferramenta no exercício da cidadania e controle social.

Como a evolução nessa área é desenfreada, em 2018 foi firmado o Contrato Administrativo 05/2018, com a empresa WW INFORMÁTICA LTDA ME, de CNPJ: 07.293.212/0001-5, para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em softwares e hardwares da Câmara Municipal, com valor total do contrato estipulado em R\$ 3.999,00 (Três mil novecentos e noventa e nove reais). Entre os serviços realizados, a empresa ficou responsável por:

- Reorganização e limpeza dos arquivos dos computadores, com identificação e remoção de aplicativos que não são mais utilizados, bem como eliminação das caixas de correio eletrônico não utilizadas.
- Eliminação dos bancos de dados que não são mais utilizados e a implantação das rotinas de backup de todos os bancos de dados, servidores e máquinas virtuais.
- Definição de formato mais adequado para digitalização de processos.

- Planejamento de como realizar a implantação dos novos sistemas juntamente com os sistemas existentes (integração de sistemas).
- Reestruturação da modelagem de dados da CMLT para atender o processo eletrônico.
- Capacitação dos servidores do Poder visando adequar os sistemas à realidade local.

Existe também a possibilidade de estudarmos mecanismos mais eficientes para a comunicação interna e melhoria dos mecanismos de busca e identificação das informações, indicando a necessidade de uma estratégia de Gestão da Informação.

### **13 CONTROLE INTERNO**

O Controle Interno é visto por nós como instrumento que proporciona à Administração Pública subsídios para assegurar o bom gerenciamento dos negócios públicos, devendo estar presente, atuando de forma preventiva, em todas as suas funções, administrativa, jurídica, orçamentária, contábil, financeira, patrimonial, de recursos humanos, dentre outras, na busca da realização dos objetivos a que se propõe.

Quanto às Instruções Normativas já em vigor nesta Casa de Leis, dentro do possível vêm sendo observadas para adaptação às atividades de rotina. A Controladora Geral Interna elaborou Relatórios Trimestrais com informações provenientes das Unidades Executoras, instrumentos estes capazes de detectar falhas/irregularidades e sugerir seu saneamento, bem como elaborou um Relatório Anual das atividades. Ao final, após análise do Presidente, foram publicados no Site da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, no endereço *cmlaranjadaterra.es.gov.br* e colocados à disposição na Secretaria Geral da Câmara para acesso e conhecimento de qualquer cidadão.

Foram realizados também alguns procedimentos de verificação processual ao longo do ano a fim de verificar as atividades internas, tendo por objetivo fomentar a boa governança pública e a transparência, provocar melhorias na prestação de contas, induzir a gestão pública para resultados e fornecer segurança sobre a legalidade e a regularidade dos atos da gestão, a confiabilidade das demonstrações financeiras e o desempenho da mesma.

O Controle Interno na Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES desempenha como objetivo maior, a proteção do patrimônio, o que se manifesta como resultado, e, obviamente, constitui ferramenta de apoio a Contabilidade, o que revela a necessidade de estudos direcionados nessa área, tendo em vista a importância de um Sistema de Controle Interno que evidencie indicadores de excelência na execução das políticas públicas. Nesse contexto,

ressalta-se a importância de expandir os limites das ações de controle para além do conhecimento de eficiência, incluindo-se também o conceito de eficácia dos resultados.

Para aumentar a confiança da sociedade sobre a forma como são geridos os recursos colocados à disposição das organizações públicas é necessário que, juntamente com a gestão de riscos e controles internos, se plantem as bases para uma boa governança pública, de modo a permitir a aferição, por todas as partes interessadas, do bom e regular cumprimento das atribuições e dos objetivos estabelecidos pelo Poder Público.

É preciso realizar uma política de recursos humanos condizente com as demandas assumidas pelo órgão, bem como avaliar junto à sociedade como o Sistema de Controle Interno deve ser estruturado, a fim de proporcionar as melhores condições de atingir seus objetivos em benefício de toda a sociedade.

Portanto, o fortalecimento do Sistema de Controle Interno pode ser um dos investimentos de maior retorno (principalmente econômico, financeiro e político) para os atuais e futuros governantes brasileiros de todas as esferas de governo.

#### **14 ATIVIDADES LEGISLATIVAS**

A Câmara Municipal é o órgão público que têm como funções principais elaborar leis, fiscalizar os trabalhos do Poder Executivo e sugerir ações e melhorias para a cidade. O Poder Legislativo deve reproduzir, tanto quanto possível, a diversidade de interesses, valores e ideologias existentes na sociedade que ele representa. Para isso, além de elaborar projetos de lei, elaboram outras proposições que são votadas na Câmara durante as sessões ordinárias ou extraordinárias. Inclusive, um dos recursos mais utilizado é a indicação, desconhecida por boa parte da população, funcionando como uma ponte entre os cidadãos e o prefeito.

Atividades parlamentares desenvolvidas pelos Vereadores desta Casa de Leis no exercício de 2018:

<b>BRÁULIO JARSKÉ</b>	<b>DIEGO GUMZ KESTER</b>	<b>ELCIO DORING</b>
03 Projetos de Lei	00 Projetos de Lei	00 Projetos de Lei
06 Projetos de Decretos Legislativos	03 Projetos de Decretos Legislativos	04 Projetos de Decretos Legislativos

03 Projetos de Resolução 00 Requerimentos 10 Indicações	00 Projetos de Resolução 00 Requerimentos 08 Indicações	00 Projetos de Resolução 02 Requerimentos 32 Indicações
---	---	---

<b>ELSON ARMANI</b>	<b>JACKSON BULERIANN</b>	<b>JOVERCINO KLEMES</b>
00 Projetos de Lei 03 Projetos de Decretos Legislativos 00 Projetos de Resolução 00 Requerimentos 08 Indicações	02 Projetos de Lei 03 Projetos de Decretos Legislativos 00 Projetos de Resolução 01 Requerimentos 83 Indicações 01 Moção	04 Projetos de Lei 04 Projetos de Decretos Legislativos 01 Projetos de Resolução 00 Requerimentos 09 Indicações 01 Proposta de Emenda a Lei Orgânica

<b>SÉRGIO</b>	<b>GILSON</b>	<b>KIKO MERCANDELE</b>
00 Projetos de Lei 03 Projetos de Decretos Legislativos 00 Projetos de Resolução 09 Requerimentos 61 Indicações 03 Proposta de Emenda	04 Projetos de Lei 05 Projetos de Decretos Legislativos 06 Projetos de Resolução 05 Requerimentos 84 Indicações 01 Proposta de Emenda a Lei Orgânica 03 Proposta de Emenda 01 Moção	05 Projetos de Lei 03 Projetos de Decretos Legislativos 00 Projetos de Resolução 36 Requerimentos 218 Indicações

## 15 CONCLUSÃO

O vereador costuma ser muito cobrado no atendimento dos anseios e necessidades dos munícipes que, quase sempre, são problemas relacionados à competência do Poder Executivo. Mas é necessário que a população esteja ciente das reais possibilidades e responsabilidades de um vereador. Ele não dispõe de um Orçamento para gastar (como o

prefeito), nem pode aumentar despesas para a prefeitura ou tomar uma providência que seja prerrogativa legal do prefeito. O poder que um vereador possui, portanto, não está diretamente relacionado à execução de uma obra, seja esta uma simples troca da lâmpada de um poste ou a construção de uma escola. Este poder é indireto, pois ele pode apresentar uma emenda à Lei Orçamentária, sujeita à votação, ou por meio de uma Indicação ou Requerimento enviado ao prefeito. Através destes instrumentos, o vereador poderá solicitar a realização de uma obra, mas sempre dependerá da ação do Poder Executivo.

Assim, representar (os eleitores e a comunidade), legislar (em defesa do bem comum), fiscalizar (a aplicação do dinheiro público) e assessorar (encaminhamento de indicações ao prefeito e secretários municipais) são suas quatro principais atribuições. Os vereadores falam em nome da população, do partido político que representam e de movimentos organizados, devendo realizar seminários, debates e audiências públicas como meios de ouvir e de permitir que sejam ouvidos os interesses da comunidade em geral.

Fazendo essa intermediação entre a população e o Poder Executivo Municipal, o vereador acaba tendo a função de fiscal do povo, auxiliando o eleitor no exercício de sua cidadania. Como representantes da sociedade que somos, não podemos exercer a vereança trabalhando apenas internamente na Câmara Municipal. Participamos de eventos públicos e de interesse da cidade, atuando também fora da Câmara Municipal. Estas atividades incluem visitas a comunidades para conhecer a realidade local e ouvir os moradores. As demandas sociais, os interesses da coletividade e dos grupos devem ser levados em conta na elaboração de projetos de leis, que são discutidos e votados na Câmara Municipal.

A qualidade da gestão pública em um órgão municipal depende de iniciativas coerentes para que os processos fluam de maneira mais rápida e correta. Atingir esse objetivo depende de inúmeros fatores, mas principalmente das decisões do gestor e da aceitação dos colaboradores.

Melhorar a qualidade da gestão pública depende principalmente da identificação dos problemas. Realizar um mapeamento de processos a fim de entender detalhes como de que maneira os processos estão funcionando, quem é responsável por cada função, qual é o custo, ficará mais fácil demonstrar para os servidores do órgão que há uma necessidade de redesenho de processos.

Nas etapas iniciais, debates com diferentes setores da administração são fundamentais. Melhorar a qualidade da gestão pública deve ser algo contínuo, portanto, ao imaginar alguma mudança importante, o ideal é conversar com quem trabalha com a tarefa em questão e que será diretamente afetado por ela. Significa desenvolver capacidades e instrumentos para subsidiar as decisões de alocação de recursos, analisar riscos, informar e qualificar o processo decisório, trabalhar de forma proativa e coordenada e incorporar metodologias, ferramentas e práticas modernas e alinhadas às necessidades e realidades da administração pública. Significa, enfim, contribuir para a construção de um modelo de atuação em bases integradas e cooperativas, orientado para resultados e com foco no cidadão. É necessário que sejam aprimorados continuamente os procedimentos administrativos, alargando, inclusive, as possibilidades de gestão participativa e democrática. Além disso, é preciso:

- Otimizar os recursos visando à melhoria da atuação parlamentar, para a melhor fiscalização dos atos do Poder Executivo;
- Aprimorar continuamente o processo legislativo, visando atingir os resultados planejados;
- Qualificar os servidores de forma continuada;
- Buscar, de forma incessante, a implantação de tecnologias modernas;
- Melhorar permanentemente a comunicação com os vereadores, buscando atingir a sua satisfação.

Durante o ano de 2018, alguns fatores comprometeram a execução de ações. O quadro de pessoal acentuou as dificuldades no período. Seria necessário aprimorar qualitativamente e quantitativamente os Recursos Humanos, mas, finalizamos o ano com apenas 06 funcionários efetivos (um deles ocupando cargo comissionado de Controlador), 03 comissionados (um, como dito, sendo proveniente de cargo efetivo), 01 estagiário (cedido para o fórum) e o Contador cedido pelo Poder Executivo, totalizando 10 pessoas atuando. Respeitamos mais uma vez o índice legal de 70% estipulado para gastos com Folha de Pagamento.

As poucas licitações e contratos celebrados pelo Poder Legislativo foram realizados prezando principalmente pelo Princípio da Economicidade.

A Câmara não teve inscrição em Restos a Pagar. Os valores referentes a contribuições previdenciárias devidas ao INSS foram todos recolhidos, pois sempre zelamos pelos

pagamentos em dia e dentro das normas. Restou um saldo financeiro de R\$ 37.098,67 (Trinta e sete mil e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos), que ficou como Disponibilidade de Caixa Bruta, conforme se pode verificar nos Relatórios de Gestão Fiscal do Segundo Semestre de 2018, sendo referente a Férias e Obrigações Patronais relativas ao Registro por Competência do exercício.

Os avanços obtidos apontam na direção de um futuro complexo. Entretanto, há um longo caminho pela frente. A sustentabilidade de iniciativas pressupõe a estreita vinculação entre as melhorias de gestão introduzidas e os impactos das mesmas em termos de resultados que atendam as expectativas da sociedade. O grande desafio é o da institucionalização dos processos de mudança, que precisam transcender o limite temporal de apenas um governo e conformar uma agenda de transformação da gestão a nível municipal.

O êxito das experiências de melhoria da gestão pública pressupõe a construção de uma estratégia que estabeleça os resultados a alcançar e os meios eficazes para atingi-los. A formulação estratégica, contudo, embora seja condição necessária, não é suficiente. Realizar um processo de transformação, que envolva mudança de cultura e atitudes, não é tarefa fácil. Ao contrário, requer habilidade e liderança para a condução do processo, que certamente acontecerá num contexto caracterizado por resistências e ambiguidades, onde alguns ganham e outros perdem.

Muitos são os problemas. O Poder Legislativo de Laranja da Terra/ES necessita identificar e gerenciar diversas atividades interligadas a fim de atuar de maneira mais eficaz e eficiente. É preciso valorizar mais os funcionários e, conseqüentemente, suas atividades. Muitas vezes não sabemos a importância de suas tarefas e quão difíceis são para serem realizadas.

Assim, no intuito de melhorar a qualidade técnica dos serviços, e também aperfeiçoar os processos, para o futuro, entre outras medidas, é interessante direcionar esforços para a devida capacitação dos servidores e valorização profissional dos mesmos.

É o relatório.

  
**GILSON GOMES JUNIOR**

Presidente da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

Biênio 2017-2018